

LEI MUNICIPAL Nº 396 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

Institui o reordenamento dos serviços de Acolhimento Institucional na modalidade ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, revoga-se a Lei Municipal Nº. 125 de 11 de dezembro de 2013 e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Itapagipe**, faço saber que a Câmara Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 1º. Autoriza-se o Poder Executivo reordenar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e manter a Unidade de Acolhimento Institucional do Município sob a modalidade Abrigo Institucional, em caráter emergencial e transitório, devido a uma sucessão de demandas envolvendo crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados pela família, pela sociedade ou pelo Estado, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, doravante referido apenas como ECA.

Art. 2º. A Unidade Municipal de Acolhimento Institucional é órgão público vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e funcionará como Serviço de Acolhimento Institucional modalidade Abrigo, mantido pelo Município.

Art. 3º. A Unidade Municipal de Acolhimento Abrigo, funcionará como medida de “proteção especial, provisória e excepcional”, conforme prevista no ECA, art. 101, parágrafo único, utilizável como forma de transição, até o retorno à família de origem, extensa ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º. A Unidade Municipal de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescentes tem como objetivos:

I – Prestar cuidados e garantir a proteção, a um grupo de no máximo 20 (vinte) crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio e medida protetiva de acolhimento institucional (ECA, Art. 101);

II – Acolher e proteger crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, afastados de sua família de origem por meio de medida de proteção prevista no Art. 101, inciso VII, do ECA, e excepcionalmente de 18 a 21 anos, determinada pela autoridade competente;

III – Acolher crianças e adolescentes, conforme art. 98 do ECA, somente depois de esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade, a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica, advindas de famílias vulneráveis e afastadas por decisão judicial do vínculo familiar;

IV – Ofertar à criança e ao adolescente um ambiente de cuidados facilitadores de desenvolvimento, em conformidade com o Art. 92 do ECA;

V – Estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, oferecendo um ambiente acolhedor, promovendo o bem-estar e a busca do restabelecimento da saúde física, mental e emocional, e a confiança através de uma vivência saudável;

VI – Proporcionar vínculo estável entre educador e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio comunitário dos mesmos;

VII – Capacitar a equipe de profissionais, por meio de reuniões, palestras, debates e encontros dirigidos ao trabalho desenvolvido;

VIII – Utilizar-se de serviços e projetos disponíveis na comunidade local;

IX – Atender todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a reinserção na família de origem ou extensa;

X - Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico e Plano de Acolhimento Institucional da Unidade, com relação aos profissionais e acolhidos;

XI - Proporcionar aos acolhidos durante sua permanência na unidade: alimentação, vestuário, material escolar, entre outros materiais necessários;

XII – atendimento humanizado, respeito a diversidade, não discriminação, com respeito à liberdade de crença e culto religioso, bem como atendimento personalizado e individualizado;

XIII – Garantir o respeito à autonomia da criança e do adolescente;

XIV – Empreender esforços para que em um período inferior a 02 (dois) anos seja viabilizada a reintegração familiar, para família nuclear, extensa em diversos arranjos ou rede primária ou local e na impossibilidade, para família substituta, conforme determinação judicial;

XV – Garantir, preservar e fortalecer os vínculos de parentesco e comunitários, observando a não separação de grupos de irmãos, exceto quando houver claro risco de violência;

XVI – Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de acolhimento;

XVII – Elaborar, cumprir e fazer cumprir as normas que serão estabelecidas no Regimento interno da unidade, com relação aos profissionais e acolhidos;

XVIII – Elaborar o Plano Político Pedagógico do abrigo, para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes;

XIX – Encaminhar o Regimento Interno e o Plano Político Pedagógico para apreciação e aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parágrafo único. Em prestígio a garantia do direito à convivência e reinserção familiar, a unidade de Acolhimento Institucional não receberá crianças e adolescentes de outros municípios, salvo em situações excepcionalíssimas, devidamente justificadas ou mediante termo de parceria/colaboração conforme a Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 5º. Os serviços na Unidade Municipal de Acolhimento Institucional serão geridos pelo Coordenador e executados por servidores públicos municipais efetivos ou contratados, que desempenharão suas atribuições conforme previsto no Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e Plano de Acolhimento Institucional.

§ 1º A estrutura organizacional do Abrigo será composta por:

- a)** Coordenador;
- b)** Equipe Técnica: Assistente Social e Psicólogo;
- c)** Cuidadores Sociais;
- d)** Serviços Gerais;

§ 2º Além da equipe de apoio operacional, o abrigo poderá contar com o trabalho de:

- I** - Servidores do município de Itapagipe designados pelo Prefeito Municipal;
- II** - Servidores dos municípios conveniados, indicados pelo respectivo Prefeito Municipal;
- III** - Serviço Voluntário.

Art. 6º A Equipe de Trabalho deverá se submeter à treinamentos específicos, visando sua habilitação para o cargo determinado.

Art. 7º. Em caso de ocorrências envolvendo a Equipe de Trabalho no decorrer do horário estipulado de trabalho, a mesma ficará sujeita as penalidades aplicáveis conforme Lei Municipal nº 55 de 04 de maio de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos de Itapagipe).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social proceder à inscrição do Serviço Municipal de Acolhimento Abrigo Institucional junto aos Conselhos de Políticas Setoriais, para análise, aprovação do plano político

pedagógico e regimento interno da unidade, e competente registro, nos termos do § 1º, do art. 90 da Lei 8.069/90, bem como prestar todas as informações e fornecer documentos necessários à reavaliação do Serviço, na forma do § 3º, do art. 90 da Lei 8.069/90.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Casa Lar será aprovado por Decreto editado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. O monitoramento e avaliação do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes será realizado pelo sistema de garantia de direitos, composto pelo CMDCA, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 10º. A equipe da Unidade de Acolhimento Institucional, com o auxílio dos demais profissionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, poderá desenvolver projetos e atividades complementares de curto e médio prazo, e apresentá-los junto aos Conselhos de Políticas Setoriais, com vistas à captação de recursos vinculados aos Fundos Municipais, para a execução de ações, junto aos acolhidos e respectivas famílias.

Art. 10º. O orçamento municipal consignará todas as dotações orçamentárias necessárias para a manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional, ficando o Poder Executivo autorizado a efetuar as aberturas ou suplementações que se fizerem necessárias na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11º. O Município de Itapagipe fica autorizado a celebrar convênios de cooperação com outros Municípios.

Art. 12º. Após promulgação desta Lei, a Unidade de Abrigo será denominada como Abrigo Institucional de Itapagipe.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se a Lei Municipal Nº. 125 de 11 de dezembro de 2013.

Itapagipe, 19 de outubro de 2021.

RICARDO GARCIA DA SILVA
Prefeito

QUADRO DE PESSOAL

CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Coordenador CL-01	01	40	R\$ 2.168,15
Educadores Sociais CL-	05	40	R\$ 1.716,08

ANEXO II DA HABILITAÇÃO E ATIVIDADES DOS CARGOS

Cargo	Formação Mínima	Principais Atividades
Coordenador	Nível superior e experiência em função congênere	Gestão da unidade; Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; Seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Articulação com a rede de serviço; Articulação com o Sistema de Garantia de Direito.
Assistente Social	Ensino superior na área exigida com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco	Elaboração em conjunto com o/a coordenador (a) e demais monitoras, o Projeto Político Pedagógico do Serviço; Elaboração anual do planejamento de atividades de atendimentos psicossocial e visitas domiciliares; Elaboração

		<p>de Cronograma de Apoio às atividades domésticas para os adolescentes, avaliando a idade, o perfil e o interesse de cada um com referência as atividades que serão executadas;</p> <p>Acompanhamento psicossocial das crianças e dos adolescentes e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar, elaborando Cronograma de Atendimento; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, monitoramento e avaliação do PIA (Plano Individual de Atendimento); Receber das monitoras a ficha Individual de evolução de cada criança/adolescente para a avaliação e readequação ou não do PIA; Acompanhar junto as</p>
--	--	---

		<p>demais monitoras o cumprimento da execução do PIA; Monitorar e comunicar a Coordenação do abrigo qualquer intercorrência no atendimento às crianças e adolescentes por parte de quaisquer outros funcionários; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano, quando necessário e pertinente; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade Judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: Possibilidades de reintegração familiar; Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;Mediação, em parceria com toda a equipe de referencia do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso; Alimentar o Cadastro Unificado Informatizado de Adoção –</p>
--	--	---

		CUIDA.
Psicólogo	Ensino superior na área exigida com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco	<p>Elaboração em conjunto com o/a coordenador (a) e demais monitoras, o Projeto Político Pedagógico do Serviço;</p> <p>Elaboração anual do planejamento de atividades de atendimentos psicossocial e visitas domiciliares;</p> <p>Acompanhamento psicossocial das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar, elaborando Cronograma de Atendimento; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas monitoras;</p> <p>Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;</p> <p>Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, monitoramento e avaliação do PIA (Plano Individual de Atendimento); Receber das monitoras a ficha individual de</p>

		<p>Evolução de cada criança/adolescente para a avaliação e readequação ou não do PIA; Acompanhar junto aos demais monitoras o cumprimento da execução do PIA; Monitorar e comunicar a Coordenação do Abrigo qualquer intercorrência no atendimento às crianças e adolescentes por parte de quaisquer outros funcionários; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade Judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: a) Possibilidades de reintegração familiar; b) Necessidade de aplicação de novas medidas; ou c) Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança/adolescente para o desligamento; Mediação, em parceria com toda a equipe de referencia do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva,</p>
--	--	---

		quando for o caso.
CUIDADOR SOCIAL		<p>a) - prestar os devidos cuidados às crianças e adolescentes, dentro de um clima familiar;</p> <p>b) - preservar a identidade familiar e oferecer ambiente de dignidade às crianças e adolescentes;</p> <p>c) - propiciar a preservação dos vínculos familiares;</p> <p>d) - propiciar o desenvolvimento da solidariedade, cooperação e valorização da ordem;</p> <p>e) - colaborar na viabilização de condições apropriadas para ingresso de novas crianças e adolescentes;</p> <p>f) - orientar as crianças e adolescentes sobre os cuidados necessários com a higiene pessoal, organização dos pertences, camas armários e demais setores da Casa Lar;</p> <p>g) - informar ao coordenador qualquer irregularidade em</p>

		<p>relação às crianças e adolescentes e outras pertinentes ao funcionamento da Casa Lar;</p> <p>h) - ministrar os medicamentos às crianças e adolescentes, conforme prescrição médica;</p> <p>i) - acompanhar as crianças e adolescentes, quando houver a necessidade de atendimento especializado, bem como em atividades de lazer e similares;</p> <p>j) - manter imparcialidade no cuidado e atenção às crianças e adolescentes;</p> <p>k) - avisar a Coordenação, casos de fuga de crianças e adolescentes da Casa Lar;</p> <p>l) - executar outras tarefas correlatas.</p>
--	--	---

